

---

JOÃO ARRISCADO NUNES

Universidade do Minho  
Instituto Politécnico de Viana do Castelo

---

## As Teias que a Família Tece: Alguns problemas da investigação de campo em sociologia da família (\*)

---

39

*Partindo de uma reflexão sobre o trabalho de campo por si realizado, o autor propõe aqui uma reorientação da investigação em Sociologia da família incidindo sobre três dimensões: a definição do objecto, alargando-o ao conjunto das situações que envolvem definições, justificações e julgamentos morais respeitantes à*

*família e à vida familiar; a exploração da centralidade das solidariedades primárias na realização prática da vida quotidiana; a utilização mais intensiva de procedimentos de investigação assentes na participação do investigador nos mundos sociais que estuda.*

**A** ideia de que existe uma necessária interdependência entre o objecto da investigação e os métodos utilizados pelo investigador poderá, à partida, aparecer como pacífica. Do reconhecimento da sua pertinência à sua efectiva assimilação na prática da investigação sociológica vai, contudo, um passo que nem sempre é dado pelo cientista social. A função de comando da teoria na prática da pesquisa empírica é frequentemente entendida, de modo equívoco, como correspondendo à afirmação da superioridade intrínseca de uma dada abordagem ou de um dado procedimento metodológico, em lugar de considerar a configuração específica de procedimentos adequados ao objecto e à situação específica de pesquisa. Este problema decorre, para além

### Introdução

(\*) A investigação que serviu de base a esta comunicação foi parcialmente financiada através de uma bolsa do Instituto Nacional de Investigação Científica. Desejo manifestar, em particular, o meu reconhecimento a João de Pina Cabral pelo riquíssimo diálogo que temos vindo a manter em torno de muitos dos problemas aqui abordados. Entre as diversas instituições que, em Portugal e no estrangeiro, me têm vindo a proporcionar a ocasião para o debate e aprofundamento de alguns dos temas aqui referidos, gostaria de salientar o Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia de Coimbra, a área de estudos de População da London School of Economics e o Cambridge Group for the History of Population and Social Structure.

das condições teóricas, das condições sociais da prática da investigação. Os estudos sobre a família constituem um campo em que esta tendência é particularmente acentuada, com algumas consequências que afectam a definição do objecto dos estudos sobre a família e circunscrevem os procedimentos aceites como legítimos na sua investigação.

Esta comunicação tem como objectivo, por um lado, examinar alguns problemas da investigação em sociologia da família decorrentes da questão acima referida; por outro lado, propor algumas direcções de pesquisa que permitam dar resposta a esses problemas. Assim, numa primeira parte, serão discutidos três tipos de limitações na prática de pesquisa em sociologia da família — a atenção virtualmente exclusiva ao espaço doméstico e às relações no seu âmbito enquanto objecto da sociologia da família, a incidência preferencial da investigação sobre grupos sociais e contextos que maximizam a distância social entre o investigador e os seus “objectos”, e, enfim, a adopção de procedimentos de pesquisa que acentuam a distinção sujeito-objecto e obscurecem a importância da participação e da dimensão inter-subjectiva do processo de produção do conhecimento sociológico. Na segunda parte, proponho uma reflexão sobre os modos de ultrapassar as limitações apontadas, centrada em duas questões principais: a redefinição e alargamento do objecto da sociologia da família e a invenção de procedimentos de pesquisa adequados à especificidade das relações familiares na formação social portuguesa, e que permitam explorar as virtualidades da “participação cultural geral” e da “compreensão cultural geral” do investigador. Finalmente, na terceira secção, procurarei substanciar o meu argumento através da discussão de alguns materiais seleccionados do meu trabalho de campo (1).

---

(1) Esta comunicação pretende ser, primeiro que tudo, uma reflexão crítica sobre os trabalhos que fui enfrentando ao longo do meu próprio trabalho (só ou em colaboração) no campo da sociologia e história da família, e que me parece serem partilhados por outros investigadores. Veja-se, a este respeito, Nunes, 1986; Feijó e Nunes, 1986; Nunes, 1987a, b e 1988a, b; Nunes, Pina Cabral e Feijó, 1989a, b. Não está em causa, aqui, a importância e a qualidade do trabalho que vem sendo produzido, nos últimos anos, neste domínio. Penso, contudo, que é útil (e necessária) uma reflexão aprofundada sobre a teoria e a prática da investigação de campo sobre a família, de modo a identificar as potencialidades e os limites das abordagens correntes e a estimular a invenção de novos modos de conceber o objecto e a metodologia do trabalho de campo nesta área. Os argumentos aqui apresentados foram desenvolvidos em pormenor na minha tese de doutoramento, em fase de conclusão.

A prática dominante da definição do objecto no campo da sociologia da família é tributária de uma adesão (ainda que “crítica”) aos postulados funcionalistas sobre as condições de emergência da família “moderna” e sobre as características desta no plano da composição, extensão e funções. Esta referência fundamental condiciona a operação de construção da “família” enquanto objecto sociológico, representando-a como um objecto discreto, com limites claramente identificáveis, e redutível a um “sujeito” social cuja dinâmica é analisável com base no mesmo aparelho conceptual e metodológico com que são estudados os indivíduos. De acordo com a mesma lógica, os indivíduos que integram a “família” são caracterizados, por sua vez, a partir de atributos que permitem definir a sua posição no interior da família, em termos de um conjunto de características pessoais (sexo, idade, estado civil, profissão, educação) e de papéis familiares pré-estabelecidos e referidos ao chefe ou responsável da família (cônjuge, filho ou filha, etc.), acentuando a conjugalidade e o parentesco como fundamentos desses papéis. De acordo com os postulados da “nuclearização”, a família é considerada, para todos os efeitos úteis, como correspondendo ao grupo de co-residentes. Deste modo, é possível estabelecer um critério “material” para a identificação inequívoca e padronizada das unidades sociais subsumíveis no conceito de família. As categorias utilizadas para a construção da informação nos recenseamentos e nos questionários de inquérito constituem o resultado-padrão deste tipo de prática.

Se examinarmos as práticas correntes dos investigadores de campo que utilizam metodologias de pesquisa baseadas em procedimentos intensivos, verificaremos que também entre eles se encontra uma inclinação para a adopção de modos de construção do objecto que, no essencial, reproduzem as características acima referidas. Um corolário destas práticas é a tendencial reificação da família, a sua redução a uma objecto definido de modo substancial, que aparece em tensão com a consideração da família enquanto configuração de relações e de processos sociais. A primeira tendência vê-se reforçada pela redução da família, enquanto objecto de pesquisa, ao grupo co-residente, e pela consequente distinção entre relações “internas” e “exteriores” à família, ou, por outras palavras, entre as relações no

quadro do espaço doméstico e residencial e as relações com elementos que lhe são exteriores. Este problema não é resolúvel através de distinções analíticas entre “casa” e “família”, que continuam a postular o primado do grupo co-residente enquanto *locus*, por excelência, das relações familiares.

Esta concepção do objecto da sociologia da família traz consigo duas consequências importantes. Em primeiro lugar, ela confunde a representação da família enquanto unidade social (quer se trate da representação dos agentes sociais, quer da do investigador) com a teia das relações sociais que efectivamente se tecem na vida quotidiana e que configuram um objecto fluido, de contornos indefinidos e moveáveis, virtualmente impossível de subsumir na representação das famílias como unidades discretas, de composição e contornos claros e definidos; em segundo lugar, ela tende a reduzir a investigação dos contextos pertinentes para a produção das representações da família, enquanto meios de mapear e interpretar as relações sociais, ao contexto doméstico, isto é, ao contexto do grupo de parentes ou afins co-residentes. O primeiro tipo de redução resulta na minimização da dimensão processual da construção e reprodução das relações familiares, e da articulação de contingências e determinismos que, em cada contexto específico, resultam em configurações particulares de relações de solidariedade envolvendo a conjugalidade, a residência, o parentesco, o consumo e a vicinidade. O segundo tipo de redução conduz a ignorar a pluralidade de espaços sociais, de situações e de relações que contribuem para a emergência das representações colectivas da família e que influenciam as próprias práticas dos agentes no quadro do espaço doméstico, como é o caso das diferentes situações “públicas” em que a vida familiar é tematizada, ou as situações de interacção com instituições e agentes actuando no quadro do que tem sido designado, consoante os autores, como a esfera da reprodução social, dos processos antropológicos, do processamento social dos indivíduos ou da manutenção e reprodução das condições “normais” de funcionamento da sociedade (por exemplo, a escola, os serviços de saúde, os tribunais, as administrações locais, a segurança social, a Igreja, etc.).

A preferência pela selecção de contextos de pesquisa que maximizem a distância entre o investigador e o “objecto” da investigação constitui a segunda das limitações da prática corrente da pesquisa sociológica sobre a família. Como lem-

brou recentemente Boaventura de Sousa Santos, a ciência moderna fez assentar o seu conceito de objectividade na separação radical e na oposição entre realidade e proximidade (Santos, 1987, 1989a e b). A “fabricação de distância”, subsumida no conceito bachelardiano de ruptura epistemológica, sugeriu, no domínio das ciências sociais, a emulação da atitude dos antropólogos do período colonial, e da sua busca de objectos de pesquisa suficientemente afastados da sua experiência corrente da vida social para gerar o “choque cultural” resultante de longos períodos de residência na cultura estudada e do processo de aprendizagem da língua e das competências culturais básicas, verdadeiro rito de passagem visto como indispensável à produção da distância necessária à objectivação. Com o “repatriamento” da antropologia no período pós-colonial, a aproximação entre sociologia e antropologia fez-se, curiosamente, sob a influência decisiva do paradigma que havia dominado a antropologia colonial, e sobre o qual assentava a “autoridade etnográfica” que, como mostrou James Clifford, constitui o modo particular de legitimação do discurso antropológico (Clifford, 1988).

E digo “curiosamente”, porque existia já uma outra tradição do trabalho de campo em sociologia, associada à primeira geração de investigadores da Escola de Chicago, que assentava no princípio virtualmente oposto da interrogação sociológica de contextos familiares ao investigador, ou em que este estivesse pessoalmente envolvido. A esta evolução não terá sido alheia a subordinação a um dos postulados básicos do paradigma científico dominante, o da separação radical entre o sujeito e o objecto do conhecimento científico. As famílias dos operários, dos camponeses, de grupos étnicos segregados ou de grupos sociais marcados pela exclusão e pela marginalização passaram, assim, a contar-se entre os alvos preferidos do trabalho de campo em sociologia da família, na medida em que permitiam cumprir o preceito da distância ao objecto, supostamente geradora de objectividade. Mesmo nos casos em que as famílias estudadas partilhavam, no essencial, o mesmo universo social do investigador, existia a preocupação de seleccionar essas famílias de modo a minimizar o envolvimento pessoal prévio do sociólogo<sup>(2)</sup>.

(2) Para uma caracterização e apreciação crítica das diferentes tradições do trabalho de campo, ver, entre outros, Hughes, 1984; Clifford, 1988; Stocking, 1983; Marcus & Fischer, 1986; Adler & Adler, 1987; Manning, 1987; Douglas, 1976; Van Maanen, 1988; Pina cabral, no prelo. Sobre a valorização da

Uma das consequências destas opções foi o aparecimento de conceitos como o de “família de classe”, que, chamando a atenção embora para o problema real da diferenciação social das estruturas e práticas familiares, corre o risco de se transformar, por sua vez, num obstáculo ao avanço do conhecimento sociológico. Deparamos, neste caso, com um dos exemplos mais claros da dominação do que Habermas designou por “paradigma da produção”, que leva a privilegiar as relações de produção como dimensão estruturante por excelência da sociedade, e, concomitantemente, da *classe* como unidade central da prática social. Em compensação, tende a ser subalternizada a capacidade estruturante de outros tipos de relações sociais e de outras unidades de prática social correspondentes a diferentes contextos de acção social e geradores de hierarquias e de relações de poder assentes, por exemplo, em dimensões como o sexo, a idade ou a raça. Como mostrou Claus Offe, esta dominação do “paradigma da produção”, está na origem da tendência para privilegiar o *trabalho* como categoria central da investigação sociológica (Offe, 1985:129-150). A crítica feminista e desconstrucionista contribuiu decisivamente para o debate deste problema, cujas implicações exigem um aprofundamento que poderá beneficiar de uma apropriação crítica de conceitos desenvolvidos pela fenomenologia e pela filosofia pragmática e pelas correntes sociológicas por elas inspiradas (3).

---

distância social em relação ao contexto estudado, cf. a observação de Van Maanen, segundo a qual a investigação de meios com que o investigador estava já familiarizado, enquanto ex-participante ou participante activo, e que fora encorajada pelos responsáveis da primeira geração da Escola de Chicago, “has become something of an anathema to anthropologists and sociologists alike, who now regard previous experience in the group under study as potentially tainting and distorting, since the domain of interest is, to an unknown degree, preanalyzed”. (1988: 39-40, nota 11). A questão da distância e da relação sujeito-objecto no quadro do paradigma da ciência moderna é discutida em Santos, 1987 e 1989a.

(3) Entre as propostas que se revelaram mais úteis para a elaboração da perspectiva aqui defendida, salientaria as “realidades múltiplas” de Schutz (1962), a teoria do “self” de Mead (1934), as teses de Goffman sobre a ordem da inter-acção e a organização da experiência (1959, 1963, 1964, 1967, 1974 e 1983), as “identidades pessoais multiplexas” e “comunidades multiplexas”, de Rosaldo (1989a), as “comunidades interpretativas” de Fish (1980), as “comunidades de fala” de Gumperz (1976 e 1982), os conceitos de “organizational embeddedness” e “locational experience” de Gubrium (1987, Gubrium e Holstein, 1987), e as teses de Sigman (1987) sobre a articulação das várias “ordens sociais” através de episódios inter-accionais. Devo sublinhar, em particular, a minha dívida para com os trabalhos de Michael Burawoy, que, incidindo embora sobre um outro tema — o espaço da produção —, me sugeriram muitas pistas importantes para a resolução do problema prático da articulação entre as dimensões estrutural e fenomenológica da pesquisa (Burawoy, 1979, 1985, 1988a, b). Foi-me bastante útil, igualmente, a literatura sobre o “pluralismo jurídico”, especialmente Santos, 1980, 1985b, 1988a, 1989b, e Ruivo e Marques, 1982. Os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos, (em especial Santos, 1985b e 1989a e b) constituem um exemplo pioneiro, entre nós, do tipo de abordagem que é aqui defendido.

Os problemas ligados à utilização do conceito de “família de classe” tornam-se patentes quando se verifica a crescente pluralidade de situações de classe identificáveis entre os membros de uma mesma família, e que são o fruto da participação numa pluralidade de contextos sociais, correspondentes a diferentes “Lebenswelten”, ao longo da trajectória de vida de cada indivíduo. As relações que estruturam o contexto específico da família resultam da interpenetração entre vários tipos de relações de poder, mas são estruturalmente subordinadas às características das relações entre sexos e entre gerações.

45

Um aspecto concomitante desta selecção dos objectos da investigação é o recurso preferencial a procedimentos de pesquisa que maximizassem a distância “objectivante” entre o investigador e o mundo social estudado. Assim, a “participação cultural geral” e a “compreensão cultural geral” (Douglas, 1976:21-30) do investigador são minimizadas enquanto recursos para a produção do conhecimento sociológico, sendo estigmatizadas, mesmo, como falsas evidências baseadas no senso-comum, com as quais é indispensável romper, e, como tal, tratadas como obstáculos epistemológicos. O investigador deveria movimentar-se no mundo social que estudava como o antropólogo numa cultura estranha, pondo em suspenso os seus recursos culturais e a sua experiência prévia, considerados como potenciais fontes de erro e de incompreensão do novo contexto. Em vez de procurar chegar ao estranho a partir da interrogação sociológica do familiar, ele deveria procurar descobrir o familiar através da experiência cultural do estranho. Deste modo, minimiza-se formalmente a importância da dimensão hermenêutica e intersubjectiva do trabalho sociológico, mas simultaneamente afirma-se a sua indispensabilidade através da adesão ao paradigma etnográfico assente na ideia do “choque cultural”. Nesta contradição se manifesta uma aporia que não pode encontrar solução no quadro da subordinação ao paradigma da ciência moderna: a possibilidade de produzir o conhecimento sociológico depende de uma experiência pessoal geradora de um tipo de conhecimento que não é necessariamente diferente do conhecimento de senso-comum produzido pelo sociólogo na sua vida quotidiana, nos universos sociais que lhe são familiares. Contudo, neste último caso, o conhecimento de senso-comum é tratado como um obstáculo epistemológico, enquanto num contexto estranho à experiência quotidiana do sociólogo ele é encarado como um recurso

fundamental, pelo qual é indispensável passar para construir o conhecimento sociológico.

A ultrapassagem desta aporia exigiria o reconhecimento de que a condição determinante da capacidade de produção do conhecimento sociológico é o desenvolvimento de um “olhar sociológico” (Hughes, 1984), de uma capacidade de interrogar sociologicamente a realidade social — independentemente da prévia familiaridade com essa realidade ou de o acesso a ela ter passado pela experiência do “choque cultural” —, e não do tipo específico de experiência do mundo social que o investigador tem. Esta última não deve ser encarada apenas como um feixe de evidências pré-científicas, mas sobretudo como um “stock” de conhecimentos e de experiências que constituem o inevitável ponto de partida de toda a interrogação sociológica. Assim, podemos dizer que a capacidade de produzir conhecimento sociológico resulta de uma interpenetração entre a participação cultural geral e a compreensão cultural geral do sociólogo, por um lado, e, por outro, uma cultura sociológica que o habilita, em primeiro lugar, a transformar os fenómenos “seen but unnoticed” (Garfinkel, 1967) da vida quotidiana em fenómenos “seen and noticed”, e, em segundo lugar, a identificar as condições de possibilidade desses fenómenos, isto é, as condições estruturais que constroem e tornam possível a sua existência, e que estabelecem os limites e modalidades das suas transformações (4).

## II

A resposta aos problemas acima referidos exige uma redefinição da família enquanto objecto sociológico e o desenvolvimento de procedimentos metodológicos adequados à sua especificidade.

Quanto ao primeiro ponto, é importante ultrapassar os limites da abordagem centrada na pré-definição do objecto,

---

(4) Nesta perspectiva, o trabalho de campo deve permitir um trabalho reflexivo sobre a própria cultura do investigador. Os recursos analíticos mobilizáveis para esse objectivo não podem ser aqui discutidos exhaustivamente. Limitar-me-ei a mencionar dois deles: as “breaching experiments” de Garfinkel (1967), que pressupõem a provocação deliberada, pelo investigador, de uma ruptura das condições “normais” em que decorrem as situações de interacção, e a “perspectiva por incongruidade” (Burke, 1989), que consiste em utilizar a linguagem própria de um determinado campo da vida social para descrever situações e processos noutros campos, de modo a criar um ponto de vista distinto a partir do qual seja possível questionar os aspectos “taken for granted” das representações e práticas sociais. Como lembrava recentemente Rodney Watson (1989), Erving Goffman foi o grande virtuoso deste tipo de exercício.



para procurar desenvolver um modo de o definir que tenha em conta o reconhecimento da existência, em diferentes formações sociais e diferentes contextos, de uma esfera da vida social que apresenta a particularidade de definir a pertença primária do indivíduo, a apropriação social do espaço e nível primário reconhecido de autoridade social, e de integrar a reprodução biológica e a reprodução social, sem impor previamente a definição precisa dos tipos de relações sociais que configuram essa esfera. Esta última questão deve ser resolvida no quadro da pesquisa empírica.

O conceito que permite este tipo de abordagem é o de *unidade social primária*, desenvolvido por João de Pina Cabral (Pina Cabral, 1989, 1991). A principal virtude deste conceito, em contraste com outros, como “família” ou “grupo doméstico”, reside na ultrapassagem da dicotomia parentesco/territorialidade, que tem marcado os estudos sobre a família desde os trabalhos de Maine. Em cada contexto particular, a unidade social primária constitui-se a partir da inter-relação entre três vectores simbólicos de integração — o *sangue*, simbolizando a unidade de reprodução humana, a *casa*, simbolizando a unidade de residência, e a *lareira* e o *pão*, simbolizando a unidade de comensalidade e de consumo — e três princípios de organização, associados a três formas dominantes de reprodução — o princípio da *casa*, o princípio da *germanidade* e o princípio da *conjugalidade* (Pina Cabral, 1991) (5).

É necessário, a partir daqui, desenvolver um corpo de conceitos que, servindo a reflexão teórica e a análise comparativa, permitam caracterizar a esfera da vida social que integra a unidade social primária e as relações sociais constitutivas dessa esfera. Designarei a primeira por *espaço estrutural das solidariedades primárias*, definindo-o, seguindo Santos (1985), através de uma unidade de prática social (a unidade social primária), uma forma institucional dominante e estruturante (casamento/filiação/parentesco), e um mecanismo de poder (a dominação masculina e a chefia partilhada da unidade social primária), uma forma de direito (o direito das solidariedades primárias) e um modo de racionalidade (a maximização do afecto) dominantes, correspondendo a uma “*Lebenswelt*” e a uma configuração particular

---

(5) Para uma discussão pormenorizada das possibilidades de desenvolvimento do quadro conceptual proposto por Pina Cabral, de modo a permitir a análise das transformações recentes da família e do espaço doméstico no contexto europeu, em particular, remeto para o meu trabalho em preparação referido na nota 1.

de subjectividades <sup>(6)</sup>. As relações sociais constitutivas deste campo serão designadas, por sua vez, por *relações primárias de solidariedade*, termo que procura igualmente neutralizar a dependência em relação a conceitos com um conteúdo restritivo, como o de relações familiares. Um aspecto complementar desta abordagem é a atenção dada aos diferentes contextos em que as relações primárias de solidariedade são tematizadas, contribuindo para a emergência de representações colectivas dessas relações e para a regulação social das práticas dos diferentes agentes.

Esta abordagem pressupõe, como foi dito, o desenvolvimento de metodologias adequadas, que retomem criticamente a tradição da primeira geração da Escola de Chicago. Correntes diversas no âmbito da sociologia e da antropologia têm procurado contribuir para uma renovação nesse sentido, fazendo avançar a reflexão crítica sobre temas como a participação do cientista social no universo social que estuda, e o aprofundamento da dimensão hermenêutica do trabalho de pesquisa <sup>(7)</sup>. Por outro lado, é fundamental o desenvolvimento da análise das “práticas descritivas” da família e das relações primárias de solidariedade, na linha das propostas de Jaber Gubrium (Gubrium, 1987; Gubrium e Holstein, 1987). Esta última dimensão adquire uma importância tanto maior, quanto a interpenetração entre diferentes “Lebenswelten” correspondentes a lugares estruturais distintos tende a acentuar-se à medida que se vão configurando formas novas de intervenção na esfera das relações primárias de solidariedade por parte do Estado e de diferentes organizações ligadas ao processamento social dos indivíduos. Os agentes sociais vêem-se, assim, permanentemente, perante situações em que diferentes representações da família e das relações primárias de solidariedade são postas em confronto, e obrigados a gerir e articular situacionalmente reportórios de repre-

---

<sup>(6)</sup> Sigo de perto, aqui, o quadro conceptual proposto por Santos (1985b e 1989a), que considera a existência de quatro contextos ou espaços estruturais, autónomos mas inter-relacionados, nas sociedades capitalistas: o da família ou domesticidade, o da produção, o da cidadania e o da mundialidade. Procurei, contudo, evitar algumas dificuldades decorrentes do recurso a conceitos como “família”, “parentesco”, “contexto de domesticidade” ou “patriarcado”, que substituí, respectivamente, por “unidade social primária”, “filiação/parentesco”, “contexto das solidariedades primárias” e “dominação masculina e chefia partilhada da unidade social primária”. Não é possível, no âmbito desta comunicação, justificar teoricamente estas opções, nem abordar temas como os padrões de reprodução da unidade social primária (Pina Cabral, 1991) ou as modalidades de inter-relação e de interpenetração entre lugares estruturais (Santos, 1985b), para o que, mais uma vez, remeto para o meu trabalho referido na nota 1.

<sup>(7)</sup> Cf. nota 3, *supra*.

sentações e de práticas com origem em diferentes culturas “locais” da solidariedade.

Passando agora a considerar o contexto português, penso ser necessário tirar partido de uma característica específica da formação social portuguesa, que é o peso e a importância das relações primárias de solidariedade na estrutura social e na experiência da vida quotidiana. É frequente o investigador ter acesso, através das suas próprias redes de parentesco ou de aliança, a contextos e situações que permitem a investigação em primeira mão e a partir “de dentro” do processo de construção e reprodução das relações primárias de solidariedade, criando condições prolongadas de observação “naturalística”. As possibilidades abertas por esta perspectiva tornam-se evidentes se considerarmos a especificidade das relações primárias de solidariedade em Portugal. Ela manifesta-se, entre outras características, na manutenção prolongada e intensa de vínculos entre residentes em zonas urbanas e rurais e entre emigrantes e residentes nas suas regiões de origem, na existência de situações frequentes de urbanização difusa que permitem a inserção residencial em meios rurais de indivíduos trabalhando na indústria e nos serviços e a prática de agricultura a tempo parcial, e, finalmente, o carácter interclassista das redes de relações primárias de solidariedade <sup>(8)</sup>.

Através da sua participação pessoal nessas redes, o investigador obtém acesso a uma diversidade de contextos que lhe permitem produzir um registo etnográfico extremamente rico do processo de construção e reprodução das relações de solidariedade e de situações em que essas relações são tematizadas, seguindo os mesmos agentes sociais através dessas diferentes situações e construindo, assim, histórias de casos cuja riqueza se torna aparente quando comparada com a informação etnográfica obtida através do recurso a informantes ou a técnicas mais convencionais, como a entrevista. Na medida em que grande parte das situações observadas integram o universo das práticas “taken for granted” dos agentes, exige-se ao investigador uma mobilização permanente da sua competência enquanto membro (baseada na sua participação cultural geral e compreensão cultural geral), por um lado, e da sua capacidade de interrogação sociológica do que é observado, por outro.

---

<sup>(8)</sup> Estas características estão associadas à condição semiperiférica da formação social portuguesa (cf. Santos, 1985a, 1988b; Reis, 1985; Nunes, 1988b).

Na maior parte destas situações, o sociólogo encontrar-se-á no duplo papel de “observador não-observado” e de “participante pleno” (Adler e Adler, 1987).

A perspectiva “dramática” proposta por Keneth Burke ao longo da sua vasta obra constitui um adequado ponto de partida para a análise dos materiais de campo assim construídos. Ela fornece uma linguagem adequada á identificação das condições de possibilidade das situações sociais e da suas transformações (a “gramática”), e à análise de acção em curso em cada situação (a “retórica”). O recurso ao que Burke designa por “master tropes” (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia) permite, por outro lado, descrever situações e episódios da vida social a partir de uma “perspectiva por incongruidade”, isto é, da extensão de um conjunto de termos utilizados no campo literário para a elucidação de observações feitas noutros campos da vida social. A utilização que aqui é feita das propostas de Burke é uma utilização transgressiva, na medida em que existe um alargamento do campo da “acção simbólica” (outro termo de Burke) ao conjunto das manifestações da “ordem expressiva”, como diria Goffman, isto é, da totalidade das situações caracterizadas pela co-presença e pelas diversas modalidades de comunicação e de interacção. Para além disso, optei por substituir alguns termos utilizados por Burke, como “motive” (motivo) e “purpose” (propósito), devido à sua ressonância voluntarista e “intencionalista”, susceptível de sugerir uma concepção redutora do processo de produção de sentido<sup>(9)</sup>.

A perspectiva “dramática” apresenta um interesse evidente para a renovação da prática da pesquisa sociológica num período de transição paradigmática como aquele em que nos encontramos. Há quatro aspectos que vale a pena referir, ainda que de modo muito breve:

a) O “dramatismo” é uma perspectiva que permite integrar a análise estrutural e a análise fenomenológica, através do exame articulado da “gramática” e da “retórica” das situações sociais, e ultrapassar a dicotomia explicação/compreensão, considerando uma e outro como momentos necessários

---

<sup>(9)</sup> Joseph Gusfield organizou uma excelente antologia dos textos de Burke que apresentam maior interesse para os cientistas sociais, com uma importante introdução sobre as implicações da sua obra para a sociologia, e uma bibliografia das obras de e sobre Burke (Burke, 1989). A minha utilização pessoal das perspectivas de Burke foi influenciada pela leitura do importante ensaio de Fredric Jameson (Jameson, 1988) — ainda que não concordando inteiramente com as opiniões nele expressas — e por um balanço crítico da utilização do “dramatismo” e da “perspectiva por incongruidade” na literatura sociológica, nomeadamente nos trabalhos de Erving Goffman, Joseph Gusfield e Peter Manning.

da definição de um “sentido poético” da acção social e acentuando a dimensão hermenêutica da prática da pesquisa.

b) A linguagem do “dramatismo” facilita a interrogação sociológica das situações rotineiras da vida quotidiana, com base na “perspectiva por incongruidade”.

c) A articulação da análise de fenómenos em escalas diferentes é facilitada pelo recurso ao conceito de “circunferência” e aos “master tropes” (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia).

d) Finalmente, partindo da “perspectiva por incongruidade”, o “dramatismo” contribui para o movimento de desdogmatização e descanonização da ciência indispensável à emergência de um senso-comum renovado, através da trivialização da linguagem da pesquisa social e da atenção dada à dimensão retórica das práticas sociais, incluindo a prática científica<sup>(10)</sup>.

Algumas das virtualidades desta perspectiva serão demonstradas através dos exemplos discutidos na próxima secção.

### III

As situações caracterizadas pela comensalidade constituem um dos mais importantes pontos de entrada no universo das relações primárias de solidariedade. Trata-se de uma actividade aparentemente trivial, destinada, em princípio, a satisfazer uma necessidade essencial à sobrevivência física dos indivíduos. Mas ela contém igualmente uma dimensão *ritual*—no duplo sentido de *afirmação de uma comunidade moral* e de *padronização da interacção*—que, em certos contextos e em certas situações, adquire uma intensidade e uma visibilidade particulares, confirmando-a como um aspecto central da afirmação dos laços de solidariedade e da confirmação da pertença a uma unidade social ou a uma rede de solidariedades<sup>(11)</sup>.

<sup>(10)</sup> O “dramatismo” apresenta, pois, pontos de convergência importantes com a “cartografia simbólica das representações sociais” avançada por Boaventura de Sousa Santos (1988a).

<sup>(11)</sup> A noção de ritual é utilizada por Goffman, nem sempre de forma consistente, em grande parte das suas obras. Duas importantes discussões deste tema, a partir de perspectivas distintas, podem ser encontradas nas contribuições de Randall Collins e Phil Strong incluídas em Drew e Wootton, 1988. Renato Rosaldo observou que é possível analisar os rituais a partir de uma perspectiva *metonímica*, não como um “self-contained whole”, mas sim enquanto “busy intersection through which a number of different processes happen to pass”, obrigando duas modificações no modo de análise. Em primeiro lugar, a unidade de análise deixa de ser o ritual ou o sistema de rituais, ordenados no tempo e no espaço, passando a ser constituída por um

Em contextos rurais, a dimensão ritual da comensalidade é sublinhada, mesmo nas suas manifestações mais rotineiras, tornando-a numa forma cultural a privilegiar no estudo das modalidades de construção e reprodução das solidariedades primárias. O caso de que foram extraídos os exemplos aqui tratados refere-se a uma freguesia rural no concelho de Arouca, no distrito de Aveiro. O local foi seleccionado estrategicamente, com base em duas ordens de considerações: as condições de acesso (a minha ligação, por aliança, a uma casa da freguesia) e de observação, e a exemplaridade da situação enquanto instância do fenómeno da sociedade-providência, cujos fundamentos constituíam o objecto da investigação (generalização da ligação à pequena agricultura, importância da pluriactividade e das migrações pendulares de assalariados da indústria e serviços). Ao longo de quase dez anos, participei regularmente, quer em situações quotidianas de comensalidade, quer em ocasiões festivas organizadas em torno da comensalidade (casamentos, baptizados, aniversários de crianças, ceias de consoada, visitas pascais). Com base nessa participação, produzi um volume considerável de "descrições densas" (Geertz, 1973:3-30; Denzin, 1989:83-103) dessas situações. A articulação da observação participante com outros procedimentos, tais como conversas informais, entrevistas com informantes privilegiados, no quadro de uma aplicação do método de caso alargado (ou análise processual), permitiu-me elaborar uma etnografia das solidariedades primárias e da sua "realização prática" quotidiana<sup>(12)</sup>.

A casa que constituiu o ponto de partida da observação está ligada a uma exploração agrícola que, no contexto da região, pode ser considerada de dimensão média, praticando a policultura intensiva e produzindo leite para o mercado. Actualmente, residem permanentemente na casa um casal de septuagenários (que conserva a chefia da casa), um casal mais jovem constituído pelo filho do casal anterior e sua mulher, o filho de ambos, e duas filhas solteiras do primeiro casal. Todos trabalham na agricultura, com excepção do

---

conjunto de processos unidos pela sua contiguidade (e não pela sua similaridade), e incluindo tanto os factores condicionantes como as consequências de cada fase desses processos. Em segundo lugar (e citando, aqui, Bourdieu), a "estrutura temporal, direcção e ritmo" desses processos são considerados como aspectos constitutivos do seu sentido (Rosaldo, 1989b: 180-181). A análise desenvolvida nesta parte do trabalho subjaz uma perspectiva muito próxima da de Rosaldo.

(12) Sobre o método de caso alargado, as suas aplicações e algumas propostas para a sua renovação, ver, em particular, Gluckman, 1987; Van Velsen, 1967; Hanners, 1983; Santos, 1983; Rosaldo, 1980 e 1989a.

membro feminino do casal mais velho, que assegura grande parte do trabalho no espaço doméstico, e o filho do casal mais novo. O casal que chefia a casa tem, ao todo, dez filhos, residindo ainda um filho e uma filha na mesma freguesia, um outro no Brasil, dois no Porto e outro na sede de um concelho vizinho. Cinco dos não residentes são casados e têm filhos. O leque de profissões abrangidas por eles e pelos respectivos cônjuges vai de assalariado na indústria ou nos serviços até trabalhadora na indústria a domicílio, passando por professores, por um advogado e por um comerciante. Trata-se, pois, de um caso caracterizado por uma diversidade de trajetórias individuais nos planos escolar, profissional e das experiências de mobilidade. Acrescente-se, finalmente, que um dos casais residentes na freguesia é pluriactivo, praticando a agricultura a tempo parcial, incluindo a produção de leite para o mercado.

Aparentemente, estamos perante um caso claro em que a delimitação das unidades sociais primárias não oferece grandes dificuldades. A *casa* é um conceito émico que define, para os residentes locais, a unidade social primária. É possível determinar com rigor onde dormem normalmente os diferentes indivíduos envolvidos neste rede, e a sua residência “oficial” pode ser identificada sem problemas. Se passarmos a considerar outras dimensões, como a vicinalidade ou a comensalidade, contudo, a fluidez dos limites da unidade social primária torna-se evidente, e os critérios de inclusão adquirem uma especificidade situacional que não é aparente a partir da análise da co-residência. Ao longo de toda a permanência no terreno, a comensalidade impôs-se como uma dimensão fulcral do processo de construção e reprodução das solidariedades primárias, tornando-se um foco de atenção privilegiado da observação. Por um lado, ela pode ser caracterizada como uma *sinédoque* das relações primárias de solidariedade (a comensalidade como representando a globalidade das relações primárias de solidariedade). Por outro, é possível considerar as situações de comensalidade numa perspectiva *metonímica*, associando, por contiguidade e proximidade, diferentes dimensões das relações primárias de solidariedade (conjugalidade, parentesco, co-residência, consumo e vicinalidade) <sup>(13)</sup>.

Limitei-me, no âmbito deste texto, a tratar o que Burke designa por “gramática”, isto é, uma análise dos vários elementos constitutivos das situações de comensalidade e das

<sup>(13)</sup> Ver, sobre este ponto, o artigo de Rosaldo citado na nota 11.

suas condições de transformação. Por não ser particularmente relevante para o argumento aqui apresentado, não abordarei a “retórica” das situações de comensalidade, isto é, a descrição de situações específicas. É importante deixar claro, contudo, que essa descrição é um momento essencial da análise global, que permite a elaboração das “descrições densas” a partir das quais pode ser construída a “gramática” da comensalidade.

Segundo Burke, recorri a cinco termos-chave para analisar as situações observadas, termos esses que optei por traduzir por: *cena* (o que se designa, correntemente, por contexto), *acto* (o que se se faz), *agente* (quem faz), *agência* (os meios através dos quais se faz) e *sentido* (para que se faz) (Burke, 1989:139-157).

A *cena* em que têm lugar os momentos de comensalidade é a cozinha da casa. É a divisão mais utilizada ao longo do dia, não só porque é onde são preparadas as refeições e onde é feito o pão, mas também por ser a divisão que cumpre as funções de sala de estar, e onde os membros da casa se podem encontrar e estar juntos. É na cozinha que está colocada a televisão, contribuindo para concentrar, nos momentos de lazer, os membros da casa. As visitas ocasionais são recebidas na cozinha, que funciona assim, ao mesmo tempo, como um espaço comum e gerador de convergência para os membros da casa e como um espaço utilizável como região “frontstage” ou “backstage”, conforme as situações e os participantes nelas envolvidos (Goffman, 1959). A mesa em que são servidas as refeições está colocada de modo a facilitar a circulação no interior da cozinha, durante a refeição. A distribuição dos lugares na mesa é feita de modo a permitir que as mulheres se sentem do lado mais próximo da zona de circulação. A presença de visitantes, estranhos à casa e expressamente convidados para partilhar uma refeição, está, geralmente, associada a uma mudança de cena. A refeição é servida na sala (região essencialmente “frontstage”), e nem sempre estão presentes, à mesa, todos os membros da casa, especialmente as mulheres. Estas asseguram o serviço, de modo bastante mais formal do que durante as refeições normais. A sala funciona, aqui, como um espaço “público” no interior da casa, marcando duplamente a condição do visitante enquanto estranho à casa: por um lado, através da sua deslocação para um espaço que não coincide com aquele em que se materializa, no quotidiano, o encontro entre as pessoas da casa e em que é afirmada



ritualmente a sua solidariedade; por outro lado, através da manifestação de tratamento cerimonioso e formal, não extensivo aos membros da casa, de modo a que, ao mesmo tempo, seja marcada a diferença entre estes e o visitante, e afirmada a qualidade de convidado deste, isto é, de alguém que merece respeito através de um tratamento especial, mas que, simultaneamente, tem o seu acesso à casa condicionado à iniciativa e à vontade dos seus membros.

O *acto* consiste no servir e consumir da refeição, que marca e delimita o desenrolar dos encontros e o seu ritmo. Durante a refeição, têm lugar vários outros tipos de actividade, como conversas ou assistência a programas de televisão, que podem ser contínuos ou intermitentes. A refeição aparece como um “focused gathering” (Goffman, 1963), caracterizado por uma diversidade de actividades cuja coerência é assegurada pela concentração no consumo de alimentos. As conversas, mesmo quando se desenrolam entre dois participantes, tendem a ser seguidas por todos, e não se verifica uma tendência para a dispersão da interacção verbal. Quanto à televisão — que geralmente se mantém ligada durante as refeições —, ela permite a quem não estiver envolvido na conversa escolher outro foco de atenção sem envolver outros participantes. Mas ela pode também funcionar como catalisador de conversas e de comentários partilhados por todos os participantes, ou seja, como um recurso “ambiental” ou “regulador” da interacção (Morley, 1986; Vink, 1988).

O *agente*, no caso em presença, é o colectivo de comensais, estruturado internamente por referência a papéis determinados em função do género e da idade. É importante sublinhar que a participação regular nas refeições depende de uma definição implícita dos que “são da casa” e dos que lhe são estranhos. Não se verificam situações de convite espontâneo ou ocasional a pessoas estranhas para partilhar refeições. Embora o dever de hospitalidade obrigue, em certas circunstâncias (aliás raras), a perguntar a um visitante inesperado se “é servido”, existe uma resposta ritual de “Não, obrigado, já comi em casa” (ou um expressão equivalente, através da qual o visitante abdica da partilha da refeição e reconhece a sua condição de estranho à casa). A participação daqueles que não residem permanentemente na casa está sujeita, ela também, a certas interacções ritualizadas que expressam, simultaneamente, a condição de membros da casa e de não-residentes permanentes (como, por exem-

plo, a confirmação, por telefone, da presença numa refeição). As relações entre os participantes estruturam-se na base de uma divisão fundamental das tarefas e dos papéis entre homens e mulheres. As actividades centradas na casa constituem uma esfera essencialmente feminina, de que a preparação dos alimentos (incluindo o transporte da lenha do exterior) é um aspecto essencial. Como já referi acima, a disposição dos lugares à mesa facilita o movimento e a circulação das mulheres, a quem compete o cumprimento das tarefas associadas ao consumo de alimentos. Estas tarefas são extensivas à alimentação das crianças presentes. Quanto aos homens, as suas actividades relacionadas com as refeições têm a ver com tarefas como cortar a lenha ou ir buscar o vinho. A sua posição à mesa inibe a sua fácil deslocação, acentuando, assim, a oposição em relação à constante movimentação das mulheres durante a refeição. Esta divisão fundamental do trabalho entre as tarefas femininas, ligadas à casa, e as tarefas masculinas, no exterior, pode ser "lida" noutros tipos de situações da vida quotidiana. Ela está associada ao reconhecimento de uma tarefa de poder real exercido pelas mulheres no espaço da casa, em permanente tensão, contudo, com a afirmação simbólica da dominação masculina.

No que diz respeito à *agência*, é possível identificar os diversos meios que são accionados para assegurar a viabilização da situação de comensalidade pelos agentes. Mencionei, acima, que as situações de comensalidade observadas funcionam como "focused gatherings", sendo a sua eficácia enquanto tal dependente dos recursos ao dispor dos agentes. Um primeiro recurso decorre da própria colocação e disposição dos participantes, que, ao sentar-se ordenadamente à volta de uma mesa, ao ocupar determinados lugares, e ao manifestar um acordo implícito em relação ao que determina o princípio e o fim do encontro, criam a primeira e fundamental condição para que este tenha lugar. Os alimentos e os ritmos impostos pelo seu consumo constituem um segundo recurso que sublinha os aspectos "utilitários" da comensalidade e os imperativos "sistémicos" (Goffmann, 1981) ligados à situação, obrigando a uma coordenação da actividade pelos participantes. Assim, os alimentos são servidos numa certa ordem, respeitando os intervalos de tempo necessários para o seu consumo. Existe igualmente uma ordem na sequência em que os participantes se servem, quando os alimentos são colocados na mesa. As conversas

e a televisão foram também já referidos como modos de assegurar a continuidade e a viabilidade do encontro.

Finalmente, em relação ao *sentido*, importa sublinhar o carácter simultaneamente instrumental e simbólico da comensalidade. As refeições tomadas em comum são, precisamente, refeições — isto é, literalmente, acções que têm em vista refazer a energia consumida — e situações de encontro e de convergência em torno de um objectivo comum, reafirmação da solidariedade e da interdependência para assegurar esse refazer da energia e afirmar, ritualmente, as condições da sua viabilidade e da reprodução dessa viabilidade. Esta segunda dimensão — o que poderemos chamar, parafraseando Goffman (1981), imperativos “rituais” — assume maior visibilidade em ocasiões especiais, como as ceias de consoada, em que existe o propósito manifesto de “juntar as pessoas”, ou como os casamentos, em que a afirmação ritual dos laços de solidariedade em torno da constituição de uma nova unidade conjugal é indissociável da partilha e consumo rituais de alimentos.

Como terá ficado claro ao longo das passagens anteriores, é virtualmente impossível estabelecer fronteiras claras entre os cinco elementos referidos. A sua distinção no plano analítico aparece, contudo, como um modo conveniente de ordenar a informação construída com base na observação. Burke sugeriu que as relações entre estes diferentes elementos e as transformações ocorridas ao longo do tempo nessas relações podem ser examinadas através da construção daquilo a que se chama “rácios”. Em relação ao tema específico da delimitação das unidades sociais e da caracterização das relações primárias de solidariedade, o *rácio cena/agente* é aquele que aparece como o mais interessante. Ao longo das observações feitas no terreno, tornou-se claro que existia uma interdependência entre a composição do colectivo de participantes nas situações de comensalidade e o local em que estas decorrem. O exemplo, já acima apontado, da mudança de cena quando há convidados (da cozinha para a sala), é ilustrativo. A questão é mais complicada, contudo, quando se está perante pessoas que, não sendo residentes na casa — isto é, pessoas que dormem e tomam normalmente as suas refeições na casa —, são, contudo, tratadas no quadro das situações de comensalidade como membros da casa, e vêem mesmo assim essa qualidade estender-se a outros tipos de situações, particularmente nas interacções com membros residen-

tes de outras casas. É o caso, por exemplo, dos filhos não-residentes do chefe da casa. Em certos momentos, como a consoada ou a ceia de passagem de ano, os filhos não-residentes e respectivos cônjuges aparecem inequivocamente como membros de pleno direito da casa. Esta situação verifica-se com frequência ao longo do ano, através de visitas regulares (aos fins-de-semana, por exemplo) ou de períodos mais prolongados de residência no local, em que a pertença à casa é tida como evidente. A circulação das crianças entre casas de familiares que residem na proximidade uns dos outros é uma outra manifestação regular do mesmo princípio. As crianças passam bastante tempo em casa de tios ou de avós, e a sua participação nas refeições faz-se naturalmente, sem qualquer implicação de que se trate de alguém “de fora”. Note-se, contudo, que o mesmo não se passa com os pais dessas crianças, que tomam as suas refeições nas casas respectivas, afirmando assim simbolicamente a autonomia e viabilidade das suas casas. No caso das visitas prolongadas de um filho ou filha emigrado, com o respectivo cônjuge e filhos, e no caso de ele não ter casa no local, a sua permanência em casa dos pais ou de um irmão ou irmã torna-se, também, indistinguível da pertença permanente à casa. Em relação ao aspecto que aqui nos tem ocupado, a modificação do agente (adição de participantes) não conduz a uma alteração da cena (a cozinha continua a ser o lugar onde se materializa a comensalidade).

Há dois modos possíveis de representar as situações a que se faz alusão. O primeiro consiste em considerar que os limites da casa enquanto unidade social primária e a inclusão ou exclusão de indivíduos do colectivo dos membros da casa não apresentam problemas especiais de definição. A presença de pessoas ligadas aos membros da casa por laços de parentesco ou de afinidade é vista como expressão de um outro tipo de relação de solidariedade, caracterizado pela extensão de laços para o exterior da casa. Os diferentes níveis de relações de solidariedade podem, assim, ser representados como outros tantos círculos concêntricos, excluindo, assim, a possibilidade da sua intersecção. O alargamento da “circunferência” corresponde, nesta representação, à definição de redes de solidariedade cada vez mais inclusivas, mas baseadas na identificação clara e inequívoca da pertença de cada indivíduo a uma única unidade social em cada nível. A segunda distinção concebe as relações primárias de solidariedade como algo de fluido e em permanente movimento,

obrigando a uma constante redefinição situacional da pertença dos indivíduos, que, em situações diferentes, podem aparecer como pertencendo a mais do que uma unidade social ao mesmo nível. Os círculos não são concêntricos, mas recobrem-se parcialmente, não sendo possível, por isso, falar de uma “circunferência” única, mas de várias circunferências intersectantes (14).

Existe algo de verdadeiro em ambas as representações. A generalidade das representações “oficiais” da identidade social e das descrições científicas da realidade social apoiam-se nos pressupostos em que se baseia a primeira. Os conceitos énicos na base dos quais os agentes sociais organizam a sua visão do mundo e da ordem social e produzem os sistemas “nativos” de classificação assentam, até certo ponto, numa lógica análoga. As práticas sociais e as representações mobilizadas na vida quotidiana para responder a diferentes situações, contudo, podem ser expressas de modo mais adequado através da segunda representação.

As duas representações não são antagónicas, mas remetem para diferentes procedimentos de pesquisa. A primeira procura identificar os sistemas “nativos” de classificação e as respectivas categorias, e procurar a sua “transcodificação” em conceitos adequados sob o ponto de vista teórico e comparativo. O seu objectivo é o estudo da estrutura social e das unidades sociais que a constituem. A segunda procura identificar e analisar as práticas e representações associadas à produção e reprodução das relações primárias de solidariedade. O seu objectivo é o estudo dos processos sociais e das teias de relações que se vão fazendo e desfazendo nesses processos. Uma das dificuldades maiores do segundo tipo de abordagem reside na identificação e definição do objecto de estudo. Como vimos nos exemplos discutidos, torna-se necessário ir “descobrir” e compreendendo as relações sociais a partir “de dentro” e explorando os seus sucessivos prolongamentos e ramificações, através de um processo análogo ao que os interaccionistas designam por “snowball sampling”, “opportunistic sampling” ou “theoretical sampling” ou às técnicas utilizadas na análise das “redes sociais”. Mas é necessário também observar o modo como essas relações sociais são mobilizadas pelos mesmos agen-

(14) O conceito de “identidades continuadas”, de João de Pina Cabral, procura lidar com o mesmo fenómeno a partir de um ponto de vista diferente (Pina Cabral, 1991).

## Conclusão

tes através de uma conjunto de situações diferentes, para o que o recurso ao método de caso alargado é indispensável (15).

Neste trabalho procurei discutir alguns problemas da investigação no campo da sociologia da família, decorrentes da especificidade do seu objecto e da necessidade de encontrar procedimentos de pesquisa que tenham em conta essa especificidade. Propus, na sequência dessa discussão, um corpo de conceitos e uma perspectiva de análise. Finalmente, através de um exemplo baseado no meu trabalho de campo, procurei demonstrar as potencialidades da perspectiva proposta.

Os temas aqui discutidos têm, na realidade, um alcance mais geral, na medida em que apontam para algumas das tensões mais importantes na teoria e prática da pesquisa sociológica. No momento presente, de transição paradigmática, partilho a opinião dos que pensam que será sobretudo a partir de uma apropriação crítica das correntes teóricas e das metodologias inspiradas no pragmatismo e na fenomenologia que serão viáveis os avanços no sentido de uma ciência social capaz de revalorizar a relação em primeira mão do investigador com o mundo social e de repensar a pesquisa social como relação *entre sujeitos e entre diferentes modos de conhecimento*. ■

---

(15) Cf., sobre esta questão, Becker, 1986: 137-157; Douglas, 1976; Schatzman & Strauss, 1973; Strauss, 1987; Rosaldo, 1980. Para um balanço crítico da literatura sobre a "análise de redes" (network analysis), ver Hanerz, 1983.

## Referências Bibliográficas

- Adler, Patricia A.; Adler, Peter 1987 *Membership Roles in Field Research*. Newbury Park, Sage.
- Becker, Howard S. 1986 *Doing Things Together*. Evanston, Illinois, Northwestern University Press.
- Burawoy, Michael 1979 *Manufacturing Consent*. Chicago, University of Chicago Press.
- Burawoy, Michael 1985 *The Politics of Production*. London, Verso.
- Burawoy, Michael 1988a "Piece Rates, Hungarian Style", in R. E. Pahl (org.), *On Work*. Oxford, Basil Blackwell, 210-28 (original in *Socialist Review*, Vol. 15, n.º 1, 1985).
- Burawoy, Michael 1988b "Peindre le Socialisme", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 75 (75-82).
- Burke, Kenneth 1989 *On Symbols and Society*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Clifford, James 1988 *The Predicament of Culture*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Denzin, Norman K. 1989 *Interpretive Interactionism*. Newbury Park, Sage.
- Douglas, Jack D. 1976 *Investigative Social Research*. Beverly Hills, Sage.
- Drew, Paul; Wootton, Anthony (orgs.) 1988 *Erving Goffman – Exploring the Interaction Order*. Cambridge, Polity Press.
- Feijó, Rui G.; Nunes, João A. 1986 "Household Composition and Social Differentiation – Northwestern Portugal in the Nineteenth Century", *Sociologia Ruralis*, Vol. 26, n.º 3/4 (249-67).
- Fish, Stanley 1980 *Is There a Text in this Class?* Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Garfinkel, Harold 1967 *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall.
- Geertz, Clifford 1973 *The Interpretation of Cultures*. New York, Basic Books.
- Gluckman, Max 1987 "Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna", in Bela Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das Sociedades Complexas – Métodos*. S. Paulo, Global Universitárias (227-344) (originalmente publicado em 1958).
- Goffman, Erving 1959 *The Presentation of Self in Everyday Life*. Harmondsworth, Penguin Books.
- Goffman, Erving 1963 *Behavior in Public Places: Notes on The Social Organization of Gatherings*. New York, the Free Press of Glencoe.
- Goffman, Erving 1964 *Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity*. Harmondsworth, Penguin Books.

- Goffman, Erving 1967 *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. New York, Doubleday Anchor.
- Goffman, Erving 1974 *Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*. New York, Harper and Row.
- Goffman, Erving 1981 *Forms of Talk*. Oxford, Basil Blackwell.
- Goffman, Erving 1983 "The Interaction Order", *American Sociological Review*, 48 (1-17).
- Gubrium, Jaber 1987 *Analyzing Field Reality*. Newbury Park, Sage.
- Gubrium, J. F.; Holstein, J. A. 1987 "The Private Image, Experiential Location and Method in Family Studies", *Journal of Marriage and the Family*, 49 (773-86).
- Gumperz, John 1976 "The Speech Community", in Pier Paolo Giglioli (org.), *Language and Social Context*. Harmondsworth, Penguin Books (219-231).
- Gumperz, John 1982 *Discourse Strategies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Hannerz, Ulf 1983 *Explorer la ville*. Paris, Éditions de Minuit.
- Heritage, John 1984 *Garfinkel and Ethnomethodology*. Cambridge, Polity Press.
- Heritage, John 1987 "Ethnomethodology", in Anthony Giddens & Jonathan Turner (orgs.), *Social Theory Today*. Cambridge, Polity Press (224-272).
- Hughes, Everett C. 1984 *The Sociological Eye*. New Brunswick, New Jersey, Transaction Books [1971].
- Jameson, Fredric 1988 "Symbolic Inference; or, Kenneth Burke and Ideological Analysis", in *The Ideologies of Theory*. Minneapolis, University of Minnesota Press, vol. 1 (137-152).
- Joseph, Isaac et al. 1989 *Le Parler frais d'Erving Goffman*. Paris, Éditions de Minuit.
- Manning, Peter K. 1987 *Semiotics and Fieldwork*. Newbury Park, Sage.
- Marcus, George E.; Fischer, Michael M. J. 1986 *Anthropology as Cultural Critique*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Mead, George Herbert 1984 *Mind, Self and Society*. Chicago, The University of Chicago Press (reimpressão fac-similada).
- Morley, David 1986 *Family Television – Cultural Power and Domestic Leisure*. London, Comorgia.
- Nunes, João Arriscado 1986 "On Household Composition in Northwestern Portugal – Some Critical Remarks and a Case Study", *Sociologia Ruralis*, Vol. 26, n.º 1 (48-69).
- Nunes, João Arriscado 1987a "Do 'Cultural' no Processo de Produção das Fontes para a Demografia Histórica e História da Família", in *Problemática em História Cultural*. Porto, Instituto de Cultura Portuguesa (119-131).



- Nunes, João Arriscado 1987b "As Estatísticas Oficiais como Fontes para o Estudo da Família e do Grupo Co-residente – A Propósito do Recenseamento Geral da População de 1981", *Boletim de la Asociación de Demografía Histórica*, Vol. 5, n.º 1 (64-102).
- Nunes, João Arriscado 1988a "Les transformations récentes de la famille et du ménage au Portugal (1960-1981)", in A. C. Gonçalves, A. T. Fernandes, C. Lavile D'épinay (orgs.), *La Sociologie et les nouveaux défis de la modernisation*. Porto, A.I.S.L.F./ Secção de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto (485-506).
- Nunes, João Arriscado 1988b «Dinâmica Demográfica, Reprodução e Gestão Social da Incerteza», *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, n.º 3.
- Nunes, J. A.; Feijó, R. G.; Pina Cabral, J. 1989a "Researching Family Patterns; Some Methodological Issues Concerning the Focus Group Technique", Comunicação ao IV International Meeting on Portugal, Durham, New Hampshire, Setembro 1989.
- Nunes, J. A.; Feijó, R. G.; Pina Cabral, J. 1989b "Familial Scenarios, Using Proverbs in the Study of Family Patterns", Comunicação ao IV International Meeting on Portugal, Durham, New Hampshire, Setembro 1989.
- Offe, Claus 1985 *Disorganized Capitalism*. Cambridge, Polity Press.
- Pina Cabral, João de 1989 *Filhos de Adão, Filhas de Eva*. Lisboa, D. Quixote.
- Pina Cabral, João de 1991 *Contextos da Antropologia*. Lisboa, Difel.
- Reis, José 1985 "Modos de Industrialização e Pequena Agricultura – Para uma Análise da Articulação entre a Acumulação e a Reprodução", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 15/16/17 (225-260).
- Rosaldo, Renato 1980 *Ilongot Headhunting 1883-1974 – A Study in Society and Culture*. Stanford, Stanford University Press.
- Rosaldo, Renato 1986 "Ilongot Hunting as Story and Experience", in Turner, Victor W. e Bruner, Orgward M. (orgs.), *The Anthropology of Experience*. Urbana and Chicago, The University of Illinois Press (97-138).
- Rosaldo, Renato 1989a *Culture and Truth – The Remaking of Social Analysis*. Boston, Beacon Press.
- Rosaldo, Renato 1989b "Death in the Ethnographic Present", in Paul Hemadi (org.), *The Rhetoric of Interpretation and the Interpretation of Rhetoric*. Durham, North Carolina, Duke University Press.
- Ruivo, Fernando; Marques, Maria Manuel L. 1982 "Comunidade e Antropologia Jurídica em Jorge Dias: Vilaíinho da Furna e Rio de Onor", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10 (41-87).
- Santos, Boaventura de Sousa 1980 *O Discurso e o Poder – Ensaio sobre a Sociologia da Retórica Jurídica*. Separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra.

- Santos, Boaventura de Sousa 1983 "Os Conflitos Urbanos no Recife: o Caso do *Skylab*", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11 (9-60).
- Santos, Boaventura de Sousa 1985a "Estado e Sociedade na Semiperiferia do Sistema Mundial: o Caso Português", *Análise Social*, Vol. 21, n.ºs 87/88/89 (869-901).
- Santos, Boaventura de Sousa 1985b "On Modes of Production of Law and Social Power", *International Journal of the Sociology of Law*, 13 (299-336).
- Santos, Boaventura de Sousa 1987 *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa 1988a "Uma Cartografia Simbólica das Representações Sociais: Prolegómenos a uma Concepção Pós-Moderna do Direito", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24 (139-172).
- Santos, Boaventura de Sousa 1988b *O Social e o Político na Transição Pós-Moderna*, *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, n.º 1.
- Santos, Boaventura de Sousa 1989a *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto, Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa 1989b *The Post-Modern Transition: Law and Politics*, *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, n.º 8.
- Schatzman, Leonard; Strauss, Anselm L. 1973 *Field Research – Strategies for a Natural Sociology*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall.
- Schutz, Alfred 1962 *Collected Papers I: The Problem of Social Reality*. The Hague, Martinus Nijhoff.
- Sigman, Stuart J. 1987 *A Perspective on Social Communication*. Lexington, Massachusetts, D.C. Heath and Company.
- Stocking, Jr.; George W. 1983 *Observers Observed – Essays on Ethnographic Fieldwork*. Madison, Wisconsin, The University of Wisconsin Press.
- Strauss, Anselm L. 1987 *Qualitative Analysis for Social Scientists*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Van Maanen, John 1988 *Tales of the Field – On Writing Ethnography*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Van Velsen, J. 1967 "The Extended-case Method and Situational Analysis", in A. L. Epstein (org.), *The Craft of Social Anthropology*. London, Tavistock (129-149).
- Vink, Nico 1988 *The Telenovela and Emancipation – A Study on TV and Social Change in Brazil*. Amsterdam, The Royal Tropical Institute.
- Watson, Rodney 1989 "Le Travail de l'incongruité", in I. Joseph *et al* (83-99).